

DIREITO PENAL

1. Em relação à lei de drogas (Lei n. 11.343/06), é **CORRETO** afirmar:

(A) Segundo o STF, o denominado tráfico privilegiado de drogas (art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/06) não tem natureza hedionda.

(B) O confisco de bens relacionados ao tráfico de drogas encontra-se adstrito aos casos em que o objeto seja habitualmente empregado para o crime em questão ou tenha ocorrido adulteração para dificultar a descoberta do entorpecente.

(C) Na fixação da pena no crime de tráfico de drogas, o juiz poderá considerar a quantidade de droga apreendida no caso concreto, no entanto, não poderá levar em consideração a natureza da droga apreendida, sob pena de *bis in idem*.

(D) Para a incidência da majoração prevista no art. 40, inc. V, da Lei n. 11.334/06, é necessária a efetiva comprovação da transposição de fronteiras entre estados da federação

2. Acerca da Lei n. 12.850/13, que dispõe sobre organização criminosa, assinale a **INCORRETA**:

(A) Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

(B) A colaboração premiada pressupõe a obtenção de ao menos 1 (um) resultado prático, que pode consistir na revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização ou na localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada, entre outros.

(C) Encontram-se tipificados tanto os crimes de promover organização criminosa quanto embarçar a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.

(D) O crime de organização criminosa é material e envolve a produção de resultados para sua consumação.

3. Assinale a **CORRETA**:

(A) O delito de roubo consiste na subtração de coisa

alheia mediante violência ou grave ameaça. Sua consumação ocorre quando o agente obtém a posse mansa e pacífica do bem, retirando-o da esfera de vigilância da vítima.

(B) No delito de estelionato previdenciário, a devolução dos valores recebidos indevidamente a título de benefício previdenciário afasta a incidência da norma prevista no art. 171, §3, do Código Penal.

(C) Na extorsão o sujeito ativo pode ser ou não funcionário público, enquanto no delito de concussão o sujeito ativo é sempre funcionário público.

(D) O delito de falsidade ideológica é crime material, exigindo a efetiva lesão patrimonial para sua ocorrência.

4. Jesebel é funcionária pública do Ministério do Desenvolvimento em Brasília. Ao longo de sua carreira, praticou várias condutas criminosas por meio das quais acumulou R\$ 51.000.000,00 em patrimônio ilícito. Com receio de que o dinheiro fosse encontrado, Jesebel solicitou a um amigo o empréstimo de um apartamento vazio no qual escondeu os valores.

Acerca da lei de lavagem de dinheiro (Lei n. 9.613/98), assinale a **CORRETA**:

(A) A condenação de Jesebel por eventual delito de lavagem de dinheiro depende da apuração e condenação dela em ao menos um dos crimes antecedentes que resultaram no patrimônio ilícito.

(B) Caso o proprietário do apartamento utilizado por Jesebel tenha conhecimento da origem ilícita dos recursos nele guardados, responderá pelo delito de lavagem de dinheiro.

(C) Jesebel responde apenas pelos crimes de corrupção que houver praticado anteriormente, visto que segundo entendimento do STF somente se configura o crime de lavagem de dinheiro se houver complexidade nas transações financeiras, o que não ocorreu no presente caso.

(D) A simples ocultação de dinheiro ilícito não caracteriza crime de lavagem de dinheiro, o qual somente se consuma mediante a conversão dos valores sujos em ativos lícitos.

5. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) Crimes acessórios são aqueles que dependem da prática de um crime anterior, tal como na receptação.

(B) Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado são aqueles em que a lei descreve várias condutas separadas pela conjunção alternativa "ou" em que

basta a realização de uma delas para que haja o crime.

(C) Crimes unissubsistentes são aqueles cuja ação é composta por um só ato, sendo possível a tentativa.

(D) Crimes de mão própria são aqueles cuja conduta só pode ser executada por uma única pessoa, tal qual o crime de falso testemunho.

6. Caio é policial rodoviário federal, sendo que ao longo do dia fiscaliza inúmeros veículos na rodovia em que trabalha. Durante seu último plantão, Caio verificou que um veículo Golf fez uma ultrapassagem em local proibido. Ao abordar o veículo, Caio constatou que o motorista era seu amigo de infância - Tício.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) Se Caio deixar de multar Tício em razão simplesmente da amizade entre eles, comete delito de prevaricação.

(B) Se Caio deixar de multar Tício em razão de insistentes pedidos feito por Tício, comete delito de corrupção passiva.

(C) Se Caio deixar de multar Tício em razão do recebimento de dinheiro de Tício, comete delito de corrupção passiva privilegiada.

(D) Se Caio deixar de multar Tício em razão da promessa de vantagem indevida, comete delito de corrupção ativa.

7. Acerca do concurso de crimes, assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) O concurso formal de crimes ocorre quando o agente mediante uma única ação ou omissão pratica dois ou mais crimes, podendo ser homogêneo (se forem da mesma espécie), ou heterogêneos (se forem de espécies distintas).

(B) No concurso material de crimes a consequência é a soma das penas.

(C) O concurso formal de crimes também pode ser classificado em perfeito (em que o agente possui um único desígnio) ou imperfeito (em que o agente possui desígnios diversos).

(D) É possível o reconhecimento da continuidade delitiva entre os delitos de roubo majorado e latrocínio.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

8. Tício estava sendo investigado pela prática do delito de moeda falsa, entretanto, diante da ausência de indícios de autoria do delito, o Ministério Público Federal requereu o arquivamento do inquérito policial que havia sido instaurado. Diante disso, é **CORRETO** afirmar:

(A) Se o arquivamento for homologado pelo juiz federal, não será possível o desarquivamento do inquérito policial em razão da ocorrência da coisa julgada.

(B) Mesmo que haja homologação judicial, o Ministério Público Federal poderá requerer a reabertura da investigação. Entretanto, para isso, deverá ajuizar ação específica para desconstituir a coisa julgada referente ao arquivamento.

(C) Caso surjam novas provas, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, tendo em vista que o arquivamento mencionado não forma coisa julgada material.

(D) Ainda que o arquivamento fosse realizado em razão da atipicidade da conduta, não haveria impedimento para reabertura das investigações, tendo em vista que não haverá coisa julgada.

9. Em relação à competência da Justiça Federal, assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) Cabe à Justiça Federal processar e julgar o crime de furto simples cometido por indígenas.

(B) Todos os crimes ambientais previstos na Lei n. 9.605/98 serão de competência da justiça federal.

(C) Crimes cometidos a bordo de navios sempre serão de competência da Justiça Federal.

(D) O crime de redução a condição análoga à de escravo será de competência da Justiça Federal.

10. No tocante às provas produzidas no processo penal, é **INCORRETO** afirmar:

(A) Em relação aos delitos não transeuntes, será imprescindível o exame de corpo de delito.

(B) Salvo se houver confissão do acusado, as infrações penais que deixam vestígios exigem, para sua comprovação, que seja feito exame de corpo de delito.

(C) No que diz respeito à oitiva de testemunhas, não vige, no processo penal, o sistema do presidencialismo, de modo que é permitido às partes

formular perguntas diretamente ao depoente.

(D) A confissão do acusado será cindível e retratável, não sendo correto afirmar que possuirá um valor maior que os demais meios de prova.

11. Em 21/09/2017, no aeroporto internacional de Campo Grande/MS, Mévio, boliviano, sem qualquer vínculo com o Brasil, foi preso em flagrante por policiais federais, tendo em vista que estava transportando 5 kg de cocaína. Os bilhetes de passagem apreendidos em posse do preso deixavam claro que seu destino final era a cidade de Barcelona, na Espanha. Diante disso, é **CORRETO** afirmar:

(A) Mévio somente será mantido preso se, mediante decisão fundamentada do magistrado, a prisão em flagrante for convertida em preventiva.

(B) Como Mévio foi detido no aeroporto de Campo Grande/MS, os fatos narrados devem ser processados e julgados pela Justiça Estadual do Estado do Mato Grosso do Sul.

(C) Tendo em vista que Mévio é boliviano e não possui vínculos com o Brasil, sua prisão em flagrante será automaticamente mantida durante todo o processo com o fim de se garantir a aplicação da lei penal brasileira.

(D) Caso Mévio seja maior de 70 anos, ou então seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar.

12. Assinale a **INCORRETA** quanto ao interrogatório, considerando a jurisprudência vigente e doutrina pátria:

(A) O interrogatório do acusado deve ser realizado somente após a oitiva das testemunhas, nos termos do art. 400, CPP.

(B) Nos casos em que a legislação especial preveja o interrogatório como ato anterior à oitiva das testemunhas, tal regra deve prevalecer sobre a previsão do art. 400, do CPP. A título de exemplo, tal situação ocorre na lei de drogas (Lei n. 11.343/06).

(C) O interrogatório é dividido em duas partes. A primeira diz respeito à qualificação do acusado e a segunda se refere aos fatos apurados.

(D) De acordo com a doutrina majoritária, não se pode considerar o interrogatório do réu apenas como meio de prova, tendo em vista o inegável caráter de meio defensivo.

13. No que diz respeito à comunicação dos atos processuais, considerando a legislação e a jurisprudência pátria, assinale a alternativa

CORRETA:

(A) A citação por edital será sempre cabível no processo penal, independente de qual for o rito aplicado.

(B) É constitucional a citação por hora certa no processo penal.

(C) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado por meio de correios com carta registrada.

(D) Se o acusado, citado por edital, não comparece e nem constitui advogado, será considerado revel. Entretanto, considerando o princípio da presunção de inocência, não será aplicado o efeito material da revelia.

14. Barbosa Moreira ensina que recurso é o remédio voluntário, apto a ensejar, dentro do mesmo processo, a reforma, a anulação, o esclarecimento ou a integração de uma decisão judicial. Nesse sentido, assinale a opção **INCORRETA**:

(A) Na interpretação do recurso em sentido estrito, não se admite o emprego da analogia ou da interpretação extensiva.

(B) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que recebe a denúncia ou a queixa.

(C) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que rejeita o aditamento da denúncia.

(D) Assim como na apelação, o prazo para interposição do recurso em sentido estrito é de cinco dias e o prazo para apresentar as razões é de oito dias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

15. Segundo o Código de Processo Civil, o Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam os seguintes temas, **À EXCEÇÃO DE:**

(A) Interesse público ou social.

(B) Interesse de incapaz.

(C) Litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

(D) Litígios dos quais participe a Fazenda Pública.

16. Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.

(B) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, ainda que um deles já houver sido sentenciado.

(C) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

(D) Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

17. Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Há litisconsórcio quando duas ou mais pessoas litigam, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide, entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir, ou ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

(B) O juiz não poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de liquidação de sentença ou na execução, ainda que este comprometa a rápida solução do litígio.

(C) O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

(D) O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

18. O prazo para oposição dos embargos de declaração, de acordo com o Código de Processo Civil, é de:

(A) 2 dias.

(B) 3 dias.

(C) 5 dias.

(D) 10 dias.

19. Para fins de impetração do Mandado de Segurança, não são considerados autoridades:

(A) Os representantes ou órgãos de partidos políticos.

(B) Os administradores de entidades autárquicas.

(C) Os administradores de fundações públicas.

(D) Os administradores de empresas públicas quando praticam atos de gestão comercial.

20. Assinale a alternativa INCORRETA com relação às nulidades no Código de Processo Civil:

(A) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida por qualquer parte no processo.

(B) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

(C) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, salvo quanto às nulidades que o juiz deva decretar de ofício, nem prevalece a preclusão provando a parte legítimo impedimento.

(D) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, sendo que esta somente pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

21. Dependem de prova os fatos:

(A) Notórios;

(B) Afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária;

(C) Admitidos no processo como incontroversos;

(D) Em cujo favor milita presunção relativa de existência ou de veracidade.

DIREITO CIVIL, AMBIENTAL E DO CONSUMIDOR

22. Assinale a alternativa INCORRETA sobre o poder familiar:

(A) A separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos.

(B) Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos, por

exemplo, exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição.

(C) Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha.

(D) Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, no pleno exercício do poder familiar, representar os filhos judicial e extrajudicialmente até os 18 (dezoito) anos, nos atos da vida civil, suprindo-lhes o consentimento;

23. Assinale alternativa INCORRETA:

(A) Estão sujeitos a curatela aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

(B) O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito.

(C) Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz não poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa.

(D) A autoridade do curador estende-se à pessoa e aos bens dos filhos do curatelado.

24. Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos previstos em lei.

(B) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

(C) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

(D) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

25. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se

de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;

(B) Obsta a decadência a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente;

(C) A instauração de inquérito civil, até seu encerramento, obsta a decadência.

(D) A garantia contratual de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, sendo vedada a exoneração do fornecedor.

26. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa INCORRETA com relação à publicidade:

(A) A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

(B) É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

(C) É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

(D) Para os efeitos do Código de Defesa do Consumidor, a publicidade é abusiva por omissão quando se deixa de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

27. NÃO se considera Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas:

(A) As faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima definida na lei.

(B) As restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.

(C) Os manguezais, em toda a sua extensão.

(D) As áreas destinadas à reserva legal.

28. Assinale a alternativa que **NÃO** se enquadra nos fins previstos na Política Nacional do Meio Ambiente:

(A) Meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

(B) Poluição da qualidade ambiental é a alteração adversa das características do meio ambiente.

(C) Recursos ambientais englobam a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

(D) Poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.

DIREITO ADMINISTRATIVO

29. Determinado Estado da Federação, após celebrar junto a particulares contratos de compra e venda de glebas rurais de sua propriedade, a pretexto de estimular a produção agropecuária, sob a gestão de um novo Governador, passou a promover, entretanto, a anulação daqueles atos negociais sob a justificativa de que o referido projeto de colonização não estaria regularizado porque não atenderia requisitos legais.

Nessa situação hipotética, o particular prejudicado poderá invocar, em seu favor, contra a pretensão do Estado, o princípio da:

- (A) Impessoalidade
- (B) Eficiência
- (C) Proporcionalidade
- (D) Confiança legítima

30. Em relação aos princípios da Administração Pública, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) A ampla defesa e o contraditório são princípios cujo âmbito de incidência cingi-se aos processos judiciais;
- (B) São princípios explícitos da Administração Pública, entre outros, os da legalidade, pessoalidade, moralidade, razoabilidade e eficiência.

(C) A possibilidade de a Administração Pública poder sanar os seus atos irregulares ou reexaminá-los por motivos de conveniência ou oportunidade encontra respaldo no princípio da autotutela administrativa;

(D) O princípio da razoabilidade não encontra respaldo legal, explícita ou implicitamente.

31. Assinale a assertiva **CORRETA**:

(A) Poder regulamentar decorre da relação de subordinação entre o administrado e seu superior, típico da organização administrativa e só ocorre dentro de uma pessoa jurídica, ou seja, só existe na relação entre órgãos de uma mesma entidade.

(B) Poder hierárquico é aquele em que se permite à Administração Pública aplicar aos agentes públicos sanções em razão de uma infração funcional.

(C) Poder discricionário é aquele em que a Administração não possui total liberdade de atuação, devendo proceder exatamente como definido nas regras de competência.

(D) Poder vinculado é aquele em que inexiste, ou são restritas, as hipóteses de liberdade de atuação da administração.

32. Determinada autoridade administrativa, atuando em sua esfera de atribuições, editou ato normativo que visa a esclarecer conceitos legais e disciplinar específico segmento de atividades consideradas estratégicas e de interesse público.

Nesse caso, é **CORRETO** afirmar que a autoridade administrativa exerceu seu poder:

- (A) De polícia;
- (B) Regulamentar;
- (C) Discricionário;
- (D) Hierárquico.

33. I. As hipóteses de improbidade administrativa previstas na Lei de Improbidade são taxativas.

II. É cabível o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou ato praticado.

III. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública deixar de cumprir a exigência de requisitos de

acessibilidade previstos na legislação;

IV. Aplica-se aos atos de improbidade administrativa o princípio da insignificância.

Entre as assertivas acima, estão **CORRETAS** apenas:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) III e IV;
- (D) I e IV.

34. A respeito dos servidores públicos, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- (A) É assegurado aos servidores públicos militares o direito à associação sindical;
- (B) A adesão de servidor público em estágio probatório à greve, por mais de 30 (trinta) dias, constitui falta grave e pode acarretar a sua imediata exoneração, após regular processo administrativo;
- (C) Mesmo após o exaurimento do prazo de três anos do estágio probatório, o servidor poderá ser exonerado do cargo, porque o referido ato de exoneração detém efeito meramente declaratório, desde que evidentemente as avaliações de desempenho sejam realizadas dentro do prazo constitucional;
- (D) A obrigatoriedade da realização de concurso público prevista na Constituição da República não se aplica para o provimento de cargos nas autarquias públicas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

35. É **CORRETO** afirmar que:

- (A) Os direitos e garantias fundamentais previstos pelo art. 5º da CRFB/88 perfaz rol taxativo, afastando a possibilidade de integração normativa e excluindo a tutela de outros direitos fundamentais não previstos ali expressamente;
- (B) Os direitos e garantias fundamentais previstos pelo art. 5º da CRFB/88 não perfaz rol taxativo, havendo a possibilidade de integração normativa e, consequentemente, a tutela de outros direitos

fundamentais não previstos ali expressamente, desde que sejam eles reconhecidos como direito fundamental, exclusivamente, por ato normativo submetido a quórum qualificado de aprovação semelhante ao previsto para Emenda Constitucional;

(C) A impossibilidade de fiança aos crimes de tortura, de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos encontra previsão expressa no rol de direitos e garantias fundamentais do art. 5.º da CRFB/88;

(D) A possibilidade de fiança aos crimes de tortura, de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos encontra previsão expressa no rol de direitos e garantias fundamentais do art. 5.º da CRFB/88;

36. É **INCORRETO** afirmar que:

(A) Entre os seus princípios fundamentais, a CRFB/88 apontou como seus fundamentos valores relacionados exclusivamente à proteção dos aspectos sociais e culturais da sociedade brasileira, tais como a proteção à cidadania, à dignidade da pessoa humana, do pluralismo político, excluindo valores relacionados ao espectro econômico, tal como a livre iniciativa;

(B) Entre os seus princípios fundamentais, a CRFB/88 apontou como seus fundamentos valores relacionados não só à proteção dos aspectos sociais e culturais da sociedade brasileira, tais como a proteção à cidadania, à dignidade da pessoa humana, do pluralismo político, mas também valores relacionados ao espectro econômico, tal como a livre iniciativa;

(C) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 preocupou-se com a erradicação de todas as formas de discriminação, estabelecendo, entre os seus objetivos fundamentais, entre outros, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

(D) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê expressamente princípios que devem orientar a relação do Estado brasileiro nas relações internacionais, tal como a necessidade de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

37. É **CORRETO** afirmar que:

(A) O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade de normas desconhece mecanismos de combate à omissão legislativa,

porque o juízo de inconstitucionalidade demanda confronto entre um ato normativo infraconstitucional e a própria Constituição;

(B) O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade de normas desconhece mecanismos de combate à omissão legislativa, porque o juízo de inconstitucionalidade não pode recair sobre o comportamento omissivo do Poder Legislativo ou mesmo do Executivo, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes;

(C) O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade de normas reconhece o mandado de segurança como principal mecanismo de combate à omissão legislativa, porque hábil ao enfrentamento de eventuais excessos e abusos por parte de autoridades públicas, incluindo o Poder Legislativo;

(D) O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade de normas reconhece não só a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, como também o Mandado de Injunção, cada qual com efeitos próprios, como instrumentos hábeis ao combate à omissão normativa inconstitucional.

38. É INCORRETO afirmar que:

(A) Entre os remédios constitucionais previstos pela CRFB/88, figura o *habeas data*;

(B) Entre os remédios constitucionais previstos pela CRFB/88, figura o *habeas corpus*;

(C) Entre os remédios constitucionais previstos pela CRFB/88, figura o mandado de injunção;

(D) Entre os remédios constitucionais previstos pela CRFB/88, figura o recurso de amparo.

39. É INCORRETO afirmar que:

(A) Entre as vedações impostas aos membros do Ministério Público, está o recebimento, a qualquer título e sob qualquer pretexto, de honorários, percentagens ou custas processuais;

(B) Entre as vedações impostas aos membros do Ministério Público, está o exercício da advocacia;

(C) Entre as vedações impostas aos membros do Ministério Público, está a participação em sociedade empresária, sem ressalva legal;

(D) Entre as vedações impostas aos membros do Ministério Público, está o exercício de atividade político-partidária.

40. Em vista ao disposto no art. 231, *caput*, da CRFB/88 (São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens), É **CORRETO** afirmar que:

(A) A Constituição de 1988 impõe ao Estado o dever de assumir uma postura integracionista/assimilacionista em relação às populações indígenas, devendo promover políticas públicas voltadas à integração dessas comunidades aos valores comuns da sociedade envolvente;

(B) A utilização do plural nos termos “costumes”, “línguas”, “crenças” e “tradições” na redação do art. 231 da CRFB retrata apenas adequação sintática com a expressão “são reconhecidos aos índios”, na medida em que todos os índios professam a mesma crença, falam a mesma língua e vivem a mesma tradição;

(C) A utilização do plural nos termos “costumes”, “línguas”, “crenças” e “tradições” na redação do art. 231 da CRFB não retrata apenas adequação sintática com a expressão “são reconhecidos aos índios”, constituindo cláusula de abertura ao multiculturalismo em relação às populações indígenas, na medida em que os índios não professam, necessariamente, a mesma crença, tampouco falam a mesma língua ou vivem a mesma tradição;

(D) A expressão “direitos originários sobre as terras” tem seu conteúdo normativo densificado exclusivamente com elementos do Código Civil, mediante análise dos conceitos civilistas de posse e/ou propriedade.

Boa prova!!